

SUMÁRIO

LINHA EDITORIAL	9
EDITORIAL	11
ATUALIDADES	
O julgamento da ADIN 1721-3: um direito do trabalho que ignora a figura do desempregado <i>Judgment of unconstitutionality lawsuit n. 1721-3: the labor law ignoring the unemployed</i>	
MAICKEL PETER MIRANDA	21
A duração razoável do processo e as tutelas provisórias no CPC/2015 e a influência no processo do trabalho <i>The duration reasonable process and provisional guardianship in the CPC/2015 and the influence the work of the process</i>	
MARIA CLÁUDIA FELTEN	39
Direitos fundamentais, desobediência civil e a greve de empregadores (<i>lockout</i>) <i>Fundamental rights, civil disobedience and the employers' strike (lockout)</i>	
CÍCERO RUFINO PEREIRA e ANA PAULA MARTINS AMARAL	57
ESTUDOS NACIONAIS	
O paradoxo entre a propriedade privada e o seu uso inadequado frente ao meio ambiente laboral: a responsabilidade do empresário decorrente do desrespeito à saúde do trabalhador <i>The paradox between private property and its inappropriate use outside the working environment middle: the responsibility of the entrepreneur due disrespect to workers' health</i>	
ÉLCIO NACUR REZENDE e FERNANDA NETTO ESTANISLAU	79

Poluição labor-ambiental: aportes jurídicos gerais

Work environment pollution: general juridical contributions

NEY MARANHÃO 95

A eficiência dos métodos de auto e heterocomposição na resolução dos dissídios trabalhistas: a importância da mediação no atual cenário jurídico brasileiro

The efficiency of out-of-court methods in the resolution of labor conflicts: the importance of mediation in the current brazilian legal scenario

ANNA PAULA MONNERAT CARVALHO LIMA e ÂNGELA BARBOSA FRANCO 115

ESTUDOS ESTRANGEIROS

A violação do princípio da igualdade no âmbito do acesso ao emprego da mulher grávida no ordenamento jurídico português

Violation of the principle of equality in access to employment under the pregnant woman in Portuguese law

DANIELLA CYNTHIA ALMEIDA BATISTA 139

Derecho a la negociación colectiva y libertades económicas en el ámbito de la UE

Direito à negociação coletiva e liberdades econômicas no âmbito da UE

FRANCISCA FERRANDO GARCÍA e MONSERRATE RODRÍGUEZ EGÍO 153

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

NULIDADE – Pronunciamento judicial que se abstém de consignar em acórdão os elementos fáticos e jurídicos que fundamentam a tomada de decisão.

Comentário por NATÁLIA XAVIER CUNHA 171

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

INTERVALO INTRAJORNADA – Cláusula que contempla redução ou supressão desse direito – Direito que constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho.

Comentário por SHEILA STOLZ e PÂMELA CRISTINE BOLSON: Autogestão dos interesses das partes ou vulnerabilização pactuada das relações de trabalho?..... 213

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA..... 233